

Coprofagia governamental, aberrações políticas e destruição institucional

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo disserta sobre as características fundamentais do governo Bolsonaro, marcado pelas crises recorrentes, pelo desprezo pela democracia liberal, pela defesa do militarismo social, pela destruição das instituições republicanas, em nome de um projeto de poder autoritário e reacionário, incapaz de lidar com qualquer tipo de oposição.

Palavras-chave: Reacionarismo; Crise Democrática; Ignorância; Truculência; Ideologia

Government coprophagy, political aberrations and institutional destruction

Abstract: The article is about the fundamental characteristics of the Bolsonaro government, marked by the recurring crises, contempt for liberal democracy, for the defense of social militarism, for the destruction of republican institutions, in the name of a project of authoritarian and reactionary power, unable to deal with any kind of opposition.

Key words: Reacionarism; Democratic Crisis; Ignorance; Truculence; Ideology.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.



Introdução

Escrever um texto sobre um projeto de poder autoritário e ignorante que catalisa tantas qualidades próprias do fascismo é uma experiência árdua, pois a energia intelectual necessita manter a serenidade para dissecar, decifrar e dissertar esse tema candente em nosso momento decisório. Esse texto é apenas mais um entre tantos outros, e se causar algum efeito político, por menor que seja seu impacto, terá cumprido seu propósito. Perante a ameaça da barbárie fascista, todo esforço é fundamental para que possamos consolidar as bases de uma governança democrática empenha na defesa das liberdades civis

e da vitalidade das instituições republicanas.

Aberrações políticas

A direita xucra acoplada ao bolsonarismo ratifica um projeto anti-iluminista, irracionalista, niilista. A ciência não é uma verdade absoluta, mas seus critérios técnicos de investigação e pesquisa da realidade não pode ser cerceada por paixões políticas ou dispositivos ideológicos obscurantistas. Quando lideranças truculentas e reacionárias se intrometem nas atividades educacionais, culturais, artísticas e científicas, desfere-se um golpe violento contra a inteligência,

apanágio da condição humana. Essa direita xucra, virulenta, embrutecida, aspira por um mundo sem bibliotecas, sem livros, sem testemunho, sem voz, onde impera o silêncio da morte e a mudez da dor dos oprimidos. Toda criação intelectual que afirme a singularidade, a diferença, a ruptura radical com o moralismo hipócrita e seu projeto tacanho de família tradicional, são atacadas. O reacionarismo legitimado pelo poder estabelecido incentiva autoridades avessas ao espírito democrático a promoverem uma cruzada macarthista contra a educação, as artes e as ciências, acusando-as de ideológicas, quando na verdade a posicionamento dessa canalhada obscurantista é evidentemente ideológico, pois retrata a tentativa de impor sua paranoica visão de mundo sobre a totalidade da sociedade, desrespeitando gostos, estilos, tendências, valores, em nome de uma pretensa vontade da “maioria”, perante a qual a “minoría” deve se submeter. Típico discurso fascista de quem gostaria de eliminar fisicamente todos aqueles que não coadunam com seus princípios fundamentalistas acerca da ordenação social.

Os adeptos do reacionarismo fascista são como baratas que vivem nos subterrâneos e nos esgotos da frágil democracia liberal e que, após sua degradação pelo golpismo orquestrado pelas forças antissociais do mercado ultraliberal, infestaram-se em todos os espaços da esfera pública. O fascismo não foi destruído pela ordenança democrática brasileira após a traumática tentativa de superação da Ditadura Militar, mas apenas escamoteado e achincalhado durante anos e anos como uma extravagância ideológica sem mais lugar em um mundo imputado como global, inclusivo e cosmopolita. Tal erro estratégico alimentou essas forças

necrófilas que agora irrompem impunemente na cena social, infiltrando-se nas estruturas que, a rigor, seriam incompatíveis com esse câncer político. Se há uma conexão entre militarismo e fascismo, manifestado pela consolidada identidade repressiva das forças policiais, mais surpreendente é constatar que mesmo o sistema jurídico, a despeito do seu pretenso respeito incondicional pela constitucionalidade, também se deixou contaminar pela virulência fascista, tornando o indivíduo desprovido de garantias legais perante o arbítrio de um poder governamental essencialmente opressor. Dessa maneira, o fascismo adquire naturalidade social ao ser respaldado pelo punitivismo penal orientado por um ativismo político que evidencia a inexistência de neutralidade jurídica, nem um pouco cega, pois seu ofício consiste em perseguir partidos e lideranças políticas que ameacem a realização de um projeto de governo comprometido, ainda que muitos limites institucionais, com a promoção de maior igualdade social no país. O sistema judiciário é assim um mecanismo de defesa do processo de destruição social operado pela agenda política fascista. Os aparatos jurídicos atuam, portanto, como o braço togado do poder fascista.

A direita xucra é avessa aos princípios constitucionais. Para seus partidários o que importa é a conservação do poder, acima de tudo e de todos, de modo que seus projetos sejam impostos na agenda social, independentemente dos resultados práticos sobre a esfera pública. Por isso seus membros transitam no limite do terrorismo político, rechaçando a estrutura parlamentar, os estamentos judiciários e toda forma de controle institucional. A agenda extremista da direita xucra não aceita qualquer cerceamento ao seu

imediatismo destrutivo de ação, e por isso enxerga no sistema parlamentar e na constitucionalidade jurídica inimigos cruciais que somente um golpe militar poderá eliminar, com a sagrada ajuda do seu Deus. Por conseguinte, não podemos observar com condescendência o fortalecimento das ações desses grupos odiosos, pois são inimigos fidedignos dos parâmetros democráticos da vivência política. Nesse ponto precisamos denunciar ardentemente a vilania de alguns segmentos liberais que separam a agenda econômica da agenda sociopolítica. Como postulam o fortalecimento do mercado e da livre-iniciativa em um cenário institucional instável, incerto e conectado ao autoritarismo? Por isso o mote “liberal na economia, conservador nos costumes” é absolutamente estúpido. Há muitas limitações axiológicas no liberalismo, mas essa corrente só encontra razoável legitimidade quando pressupõe integração entre a esfera econômica e a dos costumes. John Stuart Mill apresenta com muita transparência essa proposta:

A única parte da conduta de qualquer um, pela qual ele é responsável perante a sociedade, é aquela que afeta outros. Na parte em que ela meramente diz respeito a ele, sua independência é, por direito, absoluta. Sobre ele próprio, sobre seu próprio corpo e sobre a sua própria mente, o indivíduo é soberano (STUART MILL, 2018, p. 23).

A direita xucra, anticomunista, não é contrária ao fim dos privilégios e ao fim da exploração do homem pelo homem, e assim naturaliza as desigualdades e imputa tal situação a um dado inexorável da vida social. Por isso encontra na pauta do liberalismo econômico desenfreado um estofamento para

justificação do seu caráter autocentrado, egoísta, individualista, desconectando-se assim da busca pelo bem comum. Nessas condições, comportamentos senhoriais são recorrentes nas ações da elite plutocrática que recorre ao expediente do laissez-faire nu e cru, pois as pessoas que se encontram em desvantagem econômica em relação ao patronato se submetem ao processo de precarização laboral pela subsistência em uma dinâmica societária hipercompetitiva (que exige da parte do elo fraco da corrente a renúncia aos direitos trabalhistas em prol de um emprego miserável). O pobre é culpado por sua própria penúria, caso não aceite essas condições injustas. Já percebemos nesse tipo de relação elementos conservadores violentíssimos, amplificados quando o próprio poder estabelecido, para satisfazer a sanha de rentabilidade das classes dominantes, desregula os direitos trabalhistas e as leis previdenciárias, sabota as organizações sindicais e concede generosas isenções fiscais para as grandes fortunas. No entanto, o que torna a situação ainda mais terrífica é a ação repressora do Estado Plutocrático ao serviço das castas financeiras no combate aos movimentos sociais de resistência ao poder do grande capital, utilizando-se de artifícios legais e dos aparatos jurídicos para criminalizar qualquer dissenso contra a ordem socioeconômica vigente. Esse processo explica o fato de, hegemonicamente, a grande burguesia ser tão alheia ao espírito democrático e aos clamores sociais por melhores condições de vida, pois ela jamais é afetada pela mão opressora de um sistema político que serve tão fielmente aos seus interesses rapinantes. Dessa maneira conjuga-se harmonicamente o liberalismo econômico e o reacionarismo político

que odeia pobres, pretos, trabalhadores organizados e lideranças políticas que propõem alternativas substantivas ao capitalismo espoliador que vigora em nossa estrutura social. Um empresário pode lidar muito bem com um regime ditatorial, desde que esse não se imiscua nos seus negócios.

Menos direitos e mais empregos, eis um dos lemas do ultraliberalismo econômico, apoiado pela truculência reacionária. Legitimar tal princípio viola qualquer decência moral e compromisso com a dignidade do trabalho. A elite financeira chancela essa medida, e seus interesses são contrários aos da sociedade. Muitos idólatras de Bolsonaro, insuflados pelo ódio ao comunismo e por sua devoção moralista, desviaram o olhar em relação a essa questão fundamental para a classe trabalhadora, e talvez sintam na carne os efeitos destrutivos dessas medidas. A equação é simples: menos direitos e mais empregos. O trabalhador renuncia às conquistas históricas para se tornar mais rentável ao empresariado (a joia da coroa do monstro fascista ultraliberal), que em contrapartida, não amplia seus deveres legais para com os empregados. O empresariado em sua vertente totalitária apenas quer mais vantagens econômicas, fazendo assim o espírito do capitalismo retroceder aos seus primórdios desregulados. Flexibilização e precariedade são as palavras-chave desse sistema necrófilo, e assim os projetos de vida do trabalhador serão de curto prazo, gerando novas formas de alienação existencial, degradação corporal, estresse, ansiedade e muitos outros males que afetarão não apenas famílias, mas o próprio tecido social, fragmentado, esvaziado, doente. Quanto menos qualificado mais o trabalhador sofrerá para se manter inserido vivo no mercado, pois deverá aumentar a intensidade de sua carga laboral e

perder benefícios legais, acarretando assim um inevitável enfraquecimento orgânico. Com menor poder aquisitivo real, o trabalhador não conseguirá satisfazer suas necessidades vitais fundamentais, destruindo então sua frágil estrutura familiar, ameaçada pelo pauperismo. Esse mecanismo degradador é proposital, visa eliminar a massa humana imputada como economicamente inviável e excedente, que só serve provisoriamente como mão de obra barata, para que após seu uso seja descartada.

Bolsonaro insiste em afirmar que as suas decisões governamentais não seguem critérios ideológicos, mas desconhece que ao afirmar isso já adota um posicionamento ideológico. Os moralistas e paladinos da pátria empreenderam uma cruzada seletiva contra a corrupção, não percebendo os atos ilícitos cometidos por seus pares, mas enxergando com muita clareza os delitos dos seus adversários políticos. Ao contrário do que se anuncia orgulhosamente, a mamata não acabou, ela continua intensa na falta de transparência de decisões cruciais para o destino nacional, no uso indecente de cartões corporativos, no fisiologismo ideológico de direita, nas escolhas motivadas por ódio político, no acobertamento de escândalos de uma família confusa e sexualmente escatológica. O escracho bolsonarista consiste em se considerar a ideologia mais grave do que a corrupção (talvez por isso os atos ímprobos operados pelos associados do sistema bolsonarista recebam tanta leniência e parcialidade dos poderes estabelecidos, pois seus distintos membros não são adeptos das pautas de esquerda, o verdadeiro pecado maior). Essa aversão fóbica em relação à ideologia revela muito do perfil psicológico de Bolsonaro. O fundamento niilista da agenda

reacionária da direita xucra consiste em estabelecer uma guerra ideológica contra a cultura, a ciência, a diplomacia e as agências reguladoras. Qualquer discurso que é associado ao espectro da esquerda deve ser solapado, qualquer dispositivo ético, jurídico ou institucional que prejudique a sanha imediatista da lucratividade empresarial deve ser suprimido, eis o mandamento agressivo do câncer fascista.

Destruição institucional

Se Bolsonaro expressa o grotesco na política, com toda a carga negativa que essa situação deletéria significa para a difícil tentativa de se estabelecer uma ordenação democrática da sociedade brasileira, muito pior se esconde sob a face, não mais tão oculta, dos seus eleitores. A hegemonia reacionária que expressa sua virulência no cotidiano brasileiro encontra na figura de Bolsonaro um catalisador dos afetos mais rudimentares de um retalho social desprovido de empatia, de tolerância, de discernimento. No fundo, talvez a massa apoiadora de Bolsonaro seja mais perigosa do que o mesmo, pois este, se acreditarmos nas nossas seráficas garantias constitucionais, apesar das suas sandices inconsequentes, não poderá se contrapor aos estatutos legais. A chusma necrófila defensora da missão de Bolsonaro, por sua vez, se amalgama ao carisma de seu mito para dar vazão ao seu ódio insano contra os seus inimigos políticos. Conforme argumenta Adorno acerca do espírito fascista,

O fascismo, a fim de ser bem-sucedido como movimento político, precisa ter uma massa como base. Ele precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas. Uma vez que, por sua natureza mesma, ele favorece poucos à custa de muitos, não tem como demonstrar que irá melhorar

a situação da maioria das pessoas a ponto de seus interesses serem atendidos. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais (ADORNO, 2019, p. 88)

Esse conjunto difuso de eleitores que encontra na figura sacralizada de Bolsonaro o receptáculo que os anula como pessoas apresenta como ponto comum a indicação do grande inimigo: a esquerda, imputada como o mal radical. Segundo a tacanha cartilha do bolsonarismo, toda esquerda é “comunista” e deve ser defenestrada da sociedade brasileira, em uma histórica ressurreição do macarthismo, misto de espírito de conspiração, fanatismo direitista e farisaísmo moral. Para essa direita xucra, os crimes cometidos pelos seus correligionários são perfeitamente perdoáveis, seja o Caixa 2, a lavagem de dinheiro, o peculato ou a associação indiscutível com as facções criminosas. O pecado só existe do outro lado.

A cúpula bolsonarista, de forma geral, segue o mesmo discurso esquizoide do seu líder. A apresentação de pretensos inimigos internos e externos, a luta contra o dito veneno da esquerda inoculado nas instituições estatais, a celebração da ignorância como virtude, o fanatismo moral, o reacionarismo desavergonhado. O que importa é, ao fim e ao cabo, reconduzir o Brasil ao caminho do progresso econômico, isto é, ao superávit de lucratividade para a casta empresarial que apoia esse projeto elitista sem qualquer consideração pelos direitos sociais. Os ministérios realizam o propósito contrário do que o propósito das suas pastas. Destruição da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, do meio ambiente, da economia. Visam não gerenciar os

recursos públicos para o bem comum, mas para a satisfação do empresariado, dos rentistas, da plutocracia que prospera através da espoliação social. Essa configuração atualizada de fascismo brada defender os interesses da “maioria”, mas em verdade é apenas a elite de rapina que prospera com as ações obscuras desse governo.

A servidão voluntária, o moralismo tacanho, o conservadorismo social, a inoculação ideológica recebida pela ação orquestrada dos demagogos e a identificação com as narrativas do sucesso capitalista são fatores que justificam a adesão das massas ao projeto de destruição nacional perpetrada pela horrenda “aliança para o progresso”, aliança forjada pela apologia da violência, da destruição e do militarismo, abençoada por uma compreensão obscurantista de Deus. Por isso a indústria bélica apoia avidamente as sandices do energúmeno-presidencial, e o seu lobby inconsequente pela liberação geral pela posse e porte de armas de fogo adquire tons apocalípticos como se fosse a defesa da própria dignidade humana, como se a pessoa apenas adquirisse autonomia e identidade se porventura detiver uma pistola, substituto técnico de sua própria falência moral. Atividades culturais, filmes e livros são depreciados, mas as armas de fogo, produtoras da morte nas mãos de sociopatas glorificados pelo espírito fascista, são enaltecidas como os fetiches sagrados de uma nova ordem civilizacional a ser imposta por essa estranha associação direitista que tanto glorifica a liberdade individual, a do consumidor-cidadão-de-bem, acima dos interesses contraditórios da sociedade civil, que exige uma série de negociações para que se estabeleça um nível razoável de consenso. Todavia, a verminose fascista não pressupõe

consenso, mas a imposição da força nua e crua, daí o seu militarismo miliciano e seu projeto armamentista.

Na distopia ultraliberal-fascista, o papel do Estado se resumirá a favorecer a efetivação dos negócios plutocráticos e a reprimir os clamores da revolta contra essa prisão social. A constitucionalidade jurídica será substituída pela agressividade interpessoal e pela lei do mais forte, isto é, do melhor armado. Essa distopia já apresenta os seus negrimes sociais em catástrofes como massacres ou latrocínios. O discurso cretino em resposta para esses eventos não deixa dúvidas: se o cidadão estivesse armado ele poderia resistir ao ato criminoso. Não pregamos pessoas dóceis, corpos dóceis, mas depositar no cidadão a responsabilidade maior por sua própria segurança social é uma vilania ímpar, pois permite sua culpabilização moral em caso de incapacidade de enfrentar a violência criminosa. Nada mais condizente com o irracionalismo direitista que coloca na vítima a culpa pela sua própria má sorte. O cidadão de bem deve assim estar preparado e armado para defender a si mesmo e aos seus entes queridos.

Vejamos o caso da famigerada Escola sem Partido, tão apreciada pela direita xucra. O que esse projeto efetivamente propõe não é a pretensa neutralidade pedagógica do professor, tal como apregoado, mas a supressão de todo tipo de conteúdo associado ao espectro da esquerda e ao discurso progressista. Os mentecaptos defensores desse projeto visam silenciar todo tipo de contraditório, todo enunciado que não corresponda ao ideário conservador-reacionário. Em especial no âmbito das ciências humanas, apenas as interpretações que chancelem a concepção patriarcal-elitista de mundo são consideradas axiologicamente

legítimas, daí a luta estúpida pela criminalização de autores que desnudam o establishment, como Marx, Simone de Beauvoir ou Paulo Freire. Comumente nos enganamos ao afirmar que projetos políticos obscurantistas prescindem do suporte discursivo da Filosofia, da Sociologia ou da História, por exemplo. Na verdade, esses projetos reacionários instrumentalizam tais saberes de modo que eles sejam ideologizados e assim cumpram um papel fundamental na catequese e adestramento dos seguidores, adoradores da versão oficial dos fatos e das ideias. Não deixemos de lembrar que o nazifascismo encontrou suporte filosófico para promover seu projeto institucional, assim como se apropriou de maneira muito peculiar de perspectivas biológicas para chancelar sua concepção de mundo, ainda que, obviamente, misturadas com bravatas místicas-ocultistas. A midiaticização da Filosofia foi de grande importância para a difusão desse saber, ainda que fragmentado, no senso comum. Contudo, ajudou a criar uma visão da atividade filosófica como contestação pura, como subversão contínua. Nem toda filosofia é libertadora. Daí a importância de sabermos qual classe o discurso de um intelectual representa, quais forças políticas se encontram subjacentes na sua produção de ideias. Esse estofo não invalida suas ideias, mas nos ajuda a compreendermos os seus compromissos e acordos sociais. Nessas condições, mesmo o projeto mais cru, mais violento, mais antirracional, também depende de um conjunto de ideologias para se sustentar. A força bruta, sozinha, não consegue prevalecer se não possuir um conjunto de ideias, ainda que confusas, que sirvam de amálgama-orientador para os seguidores.

Paulo Freire, um dos mais renomados educadores, referência mundial, foi um

dos eleitos como inimigo da governança fascista que vigora na malfadada democracia brasileira, talvez sem sequer ter sido lido e estudado com afinco por essas lideranças niilistas e degeneradas. Quem não é de direita e conservador é “comunista”, um binarismo idiota que as gralhas da política do esterco sempre repetem. Nessa era de erupções reacionárias contra a cultura, atacam-se autores sem que se debatam suas obras, isto é, o estúpido “não li e não gostei”. Essa corja ignorante, todavia, pouco se importa com esse disparate moral, pois encontra base de apoio em massas devotas que mimetizam esses posicionamentos esdrúxulos em suas emissões cotidianas. O que o líder faz, o seguidor mimetiza, mitificando suas sandices.

A promessa de perseguição aos ditos professores doutrinadores visa suprimir toda forma de oposição ao projeto reacionário do bolsonarismo em nome de uma pretensa neutralidade pedagógica, pois apenas o discurso comprometido com as causas conservadores nos costumes e ultraliberais na economia serão imputadas como legítimas e permitidas. Teremos a legitimidade exclusiva do discurso em defesa da direita tacanha, sem qualquer abertura para a pluralidade, fortalecendo a lógica binária do amigo (nós) e do inimigo (eles, os outros). A criminalização do espectro da esquerda estabelece uma ressurreição do zumbi macarthista no cenário social brasileiro, onde quem não pensar conforme o dispositivo autoritário do bolsonarismo será perseguido. A vitória nas eleições não assim concede ao presidente eleito o poder de tornar a sua própria ideologia superior às divergentes. O bolsonarismo é não apenas um problema de degenerescência moral, mas também de

degenerescência epistemológica. Para Lilia Moritz Schwarcz,

Novos governos autoritários têm se apresentado no Brasil a partir da nostalgia do retorno aos “bons tempos”, aqueles dos valores da “família tradicional e patriarcal”, mas, no fundo, apregoa apenas uma recente distopia: aquela que em vez dos afetos distribui ódios segregativos (SCHWARCZ, 2019, p. 197).

Na luta contra um apregoadado “marxismo cultural” ideólogos e grupelhos insanos estabelecem a criminalização de toda forma de pensamento considerada contrária ao espírito reacionário, em nome da religião cristã, da família, do patriotismo chulo e do patriarcalismo, inclusive através de factoides e de falsificações grosseiras de documentos. É comum no bolsonarismo a manipulação dos fatos históricos para que a narrativa salvífica desse projeto obscurantista consiga se perpetuar como a esperança dos bárbaros para que a sociedade brasileira elimine todas as diferenças e se torne uma identidade cristã, branca, capitalista, militarista, plutocrática. É próprio do espírito fascista visar a constante confusão do público, emitindo discursos desprovidos de sentido e lógica. Um subterfúgio covarde da celebridade fascista é dizer que suas palavras odiosas foram mal interpretadas. Por isso quem se diz cristão e aprovar medidas fascistas apresenta uma contradição fundamental em sua existência, pois a verdade cristã exige clareza, probidade, enquanto o discurso fascismo é obscurantista, manipulador, entranhado com a mentira como forma de conquistar a adesão das massas ignorantes ao seu chamado abismal.

A apologia da ignorância no sistema político é expressão da degenerescência

daquele que faz uso de tal arma. Existem mentiras cujo teor de absurdidade violam a dignidade da razão humana, e acreditar piamente em tais fabulações sem questioná-las não pode ser considerada ingenuidade individual ou apenas obra diabólica de demagogos, mas o desejo pessoal daquele que acredita nessa insanidade fazer dessa mentira uma verdade. É a anulação voluntária da razão. O bolsonarismo é a vitória do anti-humanismo, pois se pauta pela exaltação da barbárie, da ignorância, da militarização social, da força bruta, da supressão dos direitos civis, os eixos condutores dessa agenda obscurantista. As fabulações organizadas por indivíduos e grupos mancomunados com o energúmeno fascista (o parasita da vida), em nossa era de pós-verdade zombam dos limites da racionalidade e colocam em risco reputações e conquistas sociais. Esse trabalho orquestrado de manipulação dos fatos por mentalidades patológicas contrárias ao esclarecimento social nos faz repensar a luta antimanicomial. Trata-se de uma loucura política que zomba da democracia. Obviamente há também nessa série de emissões estapafúrdias uma tática de cortina de fumaça para camuflar as ações orquestradas pela cúpula fascista contra o bem comum brasileiro, desviando nossa atenção da dilaceração da Previdência Social, dos direitos trabalhistas e outras pautas fundamentais.

O ódio ao conhecimento, na era da desvalorização da democracia, visa se legitimar como ato político para transformar a sua ignorância, que em condições normais seria desprestigiada, em virtude. Por isso a autoridade legítima do saber científico-cultural é depreciada e substituída pela autoridade religiosa, pela celebridade midiática, pelo verme político demagogo. A

apologia da ignorância no sistema político é expressão da degenerescência daquele que faz uso de tal arma. Existem mentiras cujo teor de absurdidade violam a dignidade da razão humana, e acreditar piamente em tais fabulações sem questioná-las não pode ser considerada ingenuidade individual ou apenas obra diabólica de demagogos, mas o desejo pessoal daquele que acredita nessa insanidade fazer dessa mentira uma verdade. É a anulação voluntária da razão. O apelo aos factoides para desviar a atenção da opinião pública acerca dos acordos de bastidores operados pelos membros da cúpula bolsonarista na sua agenda impopular é uma manobra típica do obscurantismo, pois um projeto político verticalizado e desprovido de apreço pelo debate somente consegue prosperar eleitoralmente através da manipulação enviesada de informações e de interpretações sobre os fatos. Esse projeto político representa a anulação da razão. Os eleitores que concederam os seus votos para Bolsonaro fizeram-no com a certeza de que as absurdidades propagadas eram verídicas, jamais submetendo tais informações ao crivo do bom senso. Os eleitores bolsonaristas não foram enganados acerca da escandalosa mentira do Kit Gay ou da fabulosa mamadeira de piroca. Quiseram acreditar na veracidade de tais sandices por devoção incondicional ao seu mito.

Acerca da perda da credibilidade científica na grande ruptura fascista contra o saber, há que se ressaltar uma parcela de culpa, da parte dos pesquisadores, quando estes foram cooptados pela lógica da indústria e converteram o conhecimento científico em mercadoria elitizada. Pelas redes sociais divulgam-se informações falsas de que algumas vacinas são perigosas para a saúde do paciente, que tais

vacinas são mecanismos de inoculação de doenças para controlar a população, além de outros disparates. As pessoas sem esclarecimento acreditam piamente nessas sandices, pois houve um afastamento entre a atividade científica e as demandas sociais. Hoje uma substância é considerada saudável, amanhã não mais, depois ela é boa e má simultaneamente. Para intelectuais, a imprecisão científica é plausível e epistemologicamente legítima. Contudo, o homem de massa exige certezas, não é capaz de viver sob os signos das contradições, dos relativos. Ele quer precisão, para orientar sua existência de uma maneira retilínea, linear.

A conjunção entre fascismo, niilismo, militarismo institucionalizado, ultraliberalismo econômico, reacionarismo social e obscurantismo intelectual visa criar uma sociedade brasileira mais e mais desigual, injusta, silenciosa, acomodada, acostumada a perder direitos sem reivindicar por justiça. O silêncio dos ditos liberais perante as atrocidades cometidas por essa gestão necrófila jamais poderá ser perdoado, pois em nome da rentabilidade econômica para um seletivo grupo de plutocratas privilegiados que vivem da exploração da miséria alheia, todo um futuro social é colocado em risco.

A lógica do mercado cerra seus olhos para a degradação do meio ambiente, para o assassinato de indígenas, para a eliminação de pobres e pretos nas favelas, para os ataques contra as pesquisas científicas e atividades culturais. Trata-se de uma visão reducionista da economia que só pensa em curto prazo, despreocupada em relação ao porvir, que exige planejamento, organização, capacidade de enxergar para além das contingências do presente. Possíveis lucros advindos

da supressão autoritária de direitos trabalhistas, previdenciários e civis talvez garantam óbvios benefícios para a elite financeira, alheia ao bem comum, mas o prejuízo social será irreparável: uma grande massa humana doente e precária, desvitalizada. Como uma sociedade pode assim progredir? Uma visão distorcida de liberalismo econômico, desprovida de liberalismo social, é uma contradição fundamental. Liberalismo econômico sem ciência, educação e saúde é a morte da meritocracia, do empenho, do progresso, preceitos tão valorizados pela tradição liberal original. Por isso o mote “liberal na economia, conservador (isto é, reacionário) nos costumes”, é uma perspectiva existencial grotescamente insana que promove, ao fim, apenas estagnação, decadência, paralisia das forças criativas da sociedade. A política reacionária, ao impedir que alguém se realize como pessoa, castra suas capacidades empreendedoras, retira-lhe sua confiança existencial, sua segurança ontológica, diminuindo-lhe como ser humano.

Quando o establishment político promove o combate aos direitos civis, o medo, a incerteza e a angústia se tornam a tônica cotidiana daqueles que não se enquadram nesse projeto de poder, e assim a sociedade não se beneficia dos seus empreendimentos pessoais. Por isso o reacionarismo político, obscurantista, prospera através dos afetos tristes, do ódio ao diferente, pois precisa menosprezar determinados grupos para se afirmar ideologicamente e assim alimentar uma base de apoio que se sintoniza com emissões violentas e grotescas. Naturalizar a destruição da sociedade por se levar em conta uma orientação axiológica meramente economicista não é apenas estreiteza moral, mas acima de tudo anuência

descarada perante um grande crime político. A distância entre mercado e democracia substantiva desloca-se assim entre dois extremos. Como o mercado, imputado como todo-poderoso na práxis ultraliberal, pode se desenvolver plenamente quando o poder estabelecido é tirânico, caprichoso, tacanho, virulento, produtor de caos institucional?

Um dos perigos para a manutenção saudável da ordenação republicana reside na contínua transmissão de setores estratégicos para os segmentos militares. Não há dúvida de que temos excelentes quadros técnicos oriundos das forças armadas, mas preocupa que representantes da sociedade civil sejam alijados de pastas ministeriais que exigem participação efetiva desse núcleo para que altos escalões militares exerçam essa função. Tal tipo de procedimento desperta uma série de inquietações: desconfiança presidencial em relação ao político? O bolsonarismo glorifica o legado de morte da Ditadura Militar como o poder que conseguiu estabelecer a ordem na república brasileira, mas na verdade foi esse regime fascista que promoveu o caos, pois as cúpulas reacionárias das forças armadas jamais hesitaram em desestabilizar governos comprometidos com o progresso nacional para que os ditames imperialistas fossem convenientemente satisfeitos. O crime de 1964 na verdade se inicia em 1954.

Ao relativizar a tortura sistêmica de um regime assassino contra os dissidentes e mesmo os inúmeros indefesos escolhidos pelos necrófilos como carne sem valor para cancelar a brutalidade da Ditadura Militar, Bolsonaro ratifica sua filiação figadal ao fascismo. A defesa dos direitos humanos é questão inegociável, e quem deprecia essa conquista fundamental para a

legitimação da dignidade da pessoa humana não se encontra em condições de exercer a função maior de qualquer república signatária de todos os documentos que chancelam a vitória da civilidade.

Considerações finais

O Brasil se torna mais antidemocrático, antirrepublicano e provinciano com a hegemonia bolsonarista. A ignorância governamental acerca dos grandes temas globais e a repetição hipnótica de alguns chavões estúpidos minam a credibilidade brasileira perante as instituições internacionais, prejudicando assim a consecução dos projetos ultraliberais tão ardorosamente defendidos por esse desgoverno para a reestruturação econômica brasileira. Com efeito, a repetição de sandices não são apenas táticas para desviar a atenção do público acerca das manobras secretas operadas pela cúpula bolsonarista para realizar suas obras antidemocráticas, mas de fato representam a nulidade desse programa de governo, que somente obteve sucesso eleitoral graças ao ódio depositado nas forças políticas da esquerda, em trabalho muito bem orquestrado pela mídia hegemônica, pelas associações empresariais, pelas organizações direitistas, pelas milícias fascistas e pelas empresas da fé. A massa de manobra defensora do establishment bolsonarista apregoa raivosamente que cabe a todos se empenhar pelo sucesso do governo, mas grande parte desse eleitorado jamais

manifestou qualquer empatia por gestões passadas, se empenhando, na verdade, por sua desestabilização e degradação. Defender um projeto político que solapa a dignidade humana e suas conquistas sociais e jurídicas, que favorece a satisfação dos interesses plutocráticos, que deprecia a educação crítica e pluralista, que flexibiliza as leis trabalhistas, que dá carta branca para a exploração indiscriminada do meio ambiente, que deixa as comunidades indígenas à mercê das ações criminosas dos latifundiários não é expressão de amor à pátria, mas sim de estupidez. O genuíno nacionalismo, na conjuntura do Brasil desgovernado pela direita xucra, consiste em se opor ferrenhamente aos propósitos bolsonaristas, não apenas nas redes sociais, mas no espaço público, nas ruas. Sem mobilização popular essa excrescência continuará ativa.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad. de Francisco López Toledo Correa, Virginia Helena Ferreira da Costa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STUART MILL, John. **Sobre a Liberdade**. Trad. de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018.

*Recebido em 2020-02-28
Publicado em 2020-02-28*